

## A teoria do imperialismo de Leo Panitch

Caio Bugiato\*

Leo Victor Panitch foi um dos grandes teóricos marxistas do imperialismo na atualidade. Entre seus méritos em teorizar sobre esse fenômeno – muitas vezes com a contribuição de Sam Gindin – destacamos, como primeiro ponto, seu embasamento nas teorias marxistas do Estado e do imperialismo da tradição do materialismo histórico, sobretudo seu referencial em Nicos Poulantzas. O segundo é que sua teoria do império informal é de suma relevância para entender o imperialismo contemporâneo, centralizado pelo Estado e pelas classes dominantes estadunidenses. Terceiro, as polêmicas de sua obra em torno do debate inaugural ultraimperialismo (Kautsky) *versus* rivalidades interimperialistas (Lenin) também marcaram sua trajetória. São esses os três pontos abordados a seguir neste breve texto.

Um dos grandes méritos de Panitch é teorizar sobre o imperialismo a partir da teoria marxista do Estado. Afinal, é o Estado capitalista a instituição que, além de organizar a dominação de classe e outros aspectos, constrói os arranjos internacionais do capitalismo global, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado. Panitch segue as teorizações de Poulantzas sobre o Estado capitalista e o imperialismo. Para este (POULANTZAS, 1977), o Estado capitalista desempenha um papel crucial na coesão de uma formação social atravessada pela luta de classes, atuando como regulador do equilíbrio global do sistema e visando à manutenção da unidade e reprodução dessa formação social. Poulantzas (1977) destaca que o Estado capitalista organiza uma forma específica de dominação de classe em que a burguesia exerce controle sobre o proletariado, sustentando as relações de produção capitalistas, incluindo a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria.

O conceito central de Poulantzas (1977) é o bloco no poder, que representa a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais relacionados à manutenção das relações de produção capitalistas. Essa unidade não elimina os interesses particulares de cada fração, mas é assegurada pelo interesse comum em governar o Estado para atender tanto aos interesses gerais quanto aos específicos de cada fração. Dentro desse bloco há uma tendência à formação de um núcleo hegemônico, constituindo a hegemonia de uma fração burguesa, que terá seus interesses específicos prioritariamente atendidos pelo Estado capitalista.

\*Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Poulantzas argumenta contra uma visão instrumentalista do Estado, destacando sua capacidade de unificar o bloco no poder ao manter relativa autonomia em relação às várias frações de classe. Essa autonomia é crucial para avançar os interesses capitalistas como um todo, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção.

Na teoria do imperialismo (POULANTZAS, 1978), os Estados, tanto centrais quanto periféricos, assumem a responsabilidade pelos interesses do capital, ou seja, capitais internos e estrangeiros se articulam e/ou se confrontam no bloco no poder. Poulantzas (1978) afirma então que o bloco no poder não é restrito à dimensão nacional, mas, sim, parte de um sistema internacional complexo de Estados capitalistas. Cada Estado gerencia os interesses dos capitais nacionais e estrangeiros, organizando a correlação de forças intraburguesa e constituindo uma configuração específica no bloco no poder.

Poulantzas (1978) direciona sua análise do imperialismo para a relação entre países centrais, destacando a reprodução internacional do capital, que se manifesta na penetração de capital estrangeiro em várias formações sociais. Essa reprodução interiorizada e induzida do capital impacta as relações econômicas, políticas e ideológicas, formando a base do imperialismo. O autor também destaca a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas do desenvolvimento do imperialismo americano em outras metrópoles, em que os Estados europeus e outros cuidam dos interesses do capital imperialista dominante, seja de forma direta ou indireta, em uma relação de exploração e dominação.

A teoria do imperialismo de Panitch (e Gindin) aborda o fenômeno mediante a extensão da teoria do Estado capitalista, enfatizando que a expansão do capital ao exterior e a supervisão e administração dessa expansão pelos Estados devem ser entendidas em termos do papel relativamente autônomo do Estado na manutenção da ordem nacional e mundial e na garantia das condições internacionais de acumulação de capital (PANITCH e GINDIN, 2004)

O período inaugurado após a II Guerra Mundial é a fase imperialista sob a dominação dos EUA. Os autores (PANITCH, 2005; PANITCH e GINDIN, 2004, 2012) observam a construção de redes imperiais e ligações institucionais entre os EUA e os principais países capitalistas, especialmente na Europa, no período citado. O “império informal americano” é caracterizado pela capacidade do Estado dos EUA de penetrar e coordenar outros Estados líderes capitalistas (e seus blocos no poder). Esse dinamismo do capitalismo estadunidense, aliado à sua influência global e à ideologia universalista da democracia liberal, permitiu que o império informal americano superasse os impérios anteriores. Objetivamente, o chamado império informal

americano é uma rede articulada de Estados capitalistas centrais sob a liderança dos estadunidenses.

Os autores distinguem (PANITCH e GINDIN, 2004) entre impérios formais e informais, indicando que o império informal americano é formado pela penetração econômica e cultural em outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. E destacam a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências emergentes (Alemanha, EUA e Japão) no seu imperialismo de livre-comércio, que levou aos conflitos entre as potências capitalistas no século XX. Nesse sentido, é interessante ressaltar que os autores entendem o apoio dos EUA a processos de descolonização no século XX, dado que os Estados formalmente independentes são um enorme espaço de acumulação de capital para a rede de Estados imperialistas, o império informal.

O império informal dos EUA colocou fim às rivalidades militares entre as potências capitalistas, proporcionando espaços de acumulação de capital entre os Estados capitalistas centrais e também nos Estados capitalistas na periferia do sistema. Assim, a ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada pela reconstrução no pós-guerra e pela condução estadunidense de um sistema internacional marcado por instituições internacionais e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas. Estas asseguram o funcionamento do capitalismo global sob supervisão do Estado e da classe dominante dos EUA em todos os lugares, relegando a ocupação territorial direta a uma estratégia não prioritária (PANITCH e GINDIN, 2012).

Os críticos da Panitch argumentam que sua teoria sobre o império informal americano é a versão atualizada do ultraimperialismo de Karl Kautsky. Em contraposição a Vladimir Lenin (2005), segundo o qual a concorrência internacional entre os monopólios capitalistas e a exportação de capital das grandes potências levaria à guerra mundial (e seria uma dinâmica permanente do capitalismo global), Kautsky (2002a e 2002b) tem outra perspectiva. Para ele, o ultraimperialismo é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista, por não haver mais nesses conflitos sentido para o capital, e se reúnem numa federação. Essa federação é definida como um cartelização da política externa, caracterizada por uma aliança dos imperialistas com o objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação e a exploração dos Estados centrais e suas classes dominantes.

Panitch e Gindin (2012), diferentemente de Kautsky, se utilizam de uma sofisticada teoria do Estado capitalista e argumentam sobre a capacidade da potência hegemônica em utilizar a reprodução interiorizada e induzida para a formação do império informal. Em Kautsky, o ultraimperialismo em geral é um grande acordo internacional em que as potências capitalistas manteriam certa independência na

condução de sua política externa. Porém, de fato, ambos entendem que a conjunção dos Estados capitalistas centrais em uma rede articulada impede a possibilidade de ressurgimento de rivalidades interimperialistas. Atualmente, as relações econômicas, políticas e ideológicas entre EUA, Europa e Japão implicam uma integração profunda entre as potências capitalistas, e uma guerra mundial – pelo menos, entre esses três polos – estaria fora de perspectiva enquanto durar o império informal.

## Referências

- KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 443-463
- KAUTSKY, Karl. Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002b. p. 465-492
- LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- PANITCH, Leo. As finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *O império reloaded* (Socialist Register). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 65-104.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism*. The political economy of American empire. New York; London: Verso, 2012.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register*, n. 40, p. 1-42, 2004. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5809>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.